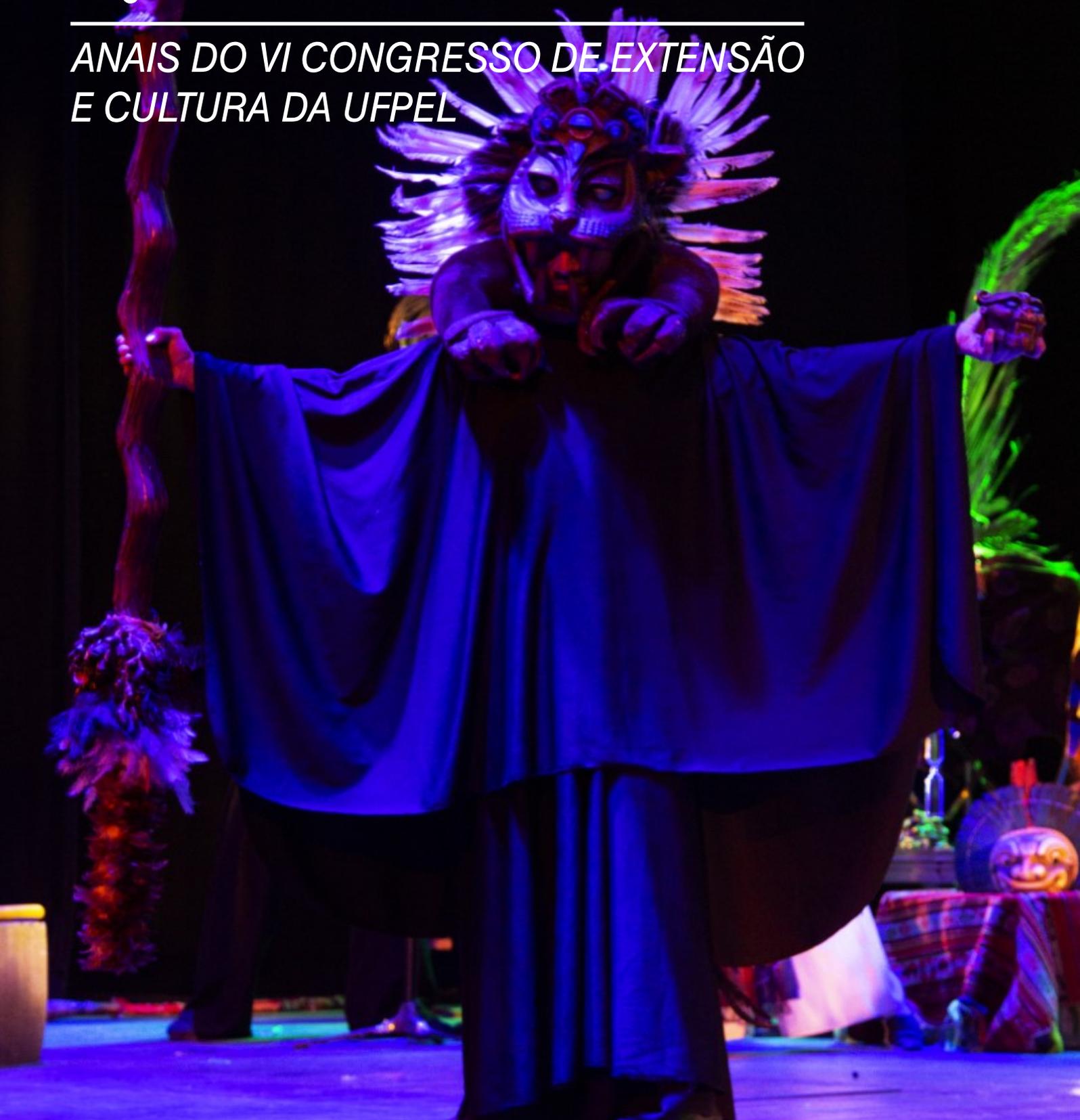


CEC 2019

*ANAIS DO VI CONGRESSO DE EXTENSÃO
E CULTURA DA UFPEL*



PR
Pró-Reitoria de
EC
Extensão e Cultura



5ª SIIPE
SEMANA INTEGRADA
UFPEL 2019

INOVACAO > ENERGO > PESQUISA > EXTENSÃO



V CONGRESSO DE EXTENSÃO E CULTURA

ORGANIZAÇÃO

Comissão Científica VI CEC

Francisca Ferreira Michelin – Presidente
Felipe Fehlberg Hermann
João Fernando Igansi Nunes
Silvana de Fátima Bojanoski

Comissão Organizadora VI CEC (acadêmicos)

Bárbara dos Santos Kurz
Betina Dummer Uczak
Carlos Eduardo Vetromille Brito
Isabela Almeida Nogueira
Jéssica Cristina Alves
Joice Vieira Soares
Lisiane Gastal Pereira
Lucas Farias Centeno
Marlene dos Santos de Oliveira
Miguel Pereira Soares
Nicole Fernandes da Silva
Rafael Nolasco

Reitor

Pedro Rodrigues Curi Hallal

Vice-Reitor

Luis Isaías Centeno do Amaral

Chefe de Gabinete

Paulo Roberto Ferreira Júnior

Pró-Reitor de Ensino

Maria de Fátima Cóssio

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Otávio Martins Peres

Pró-Reitor Administrativo

Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Gestão da Informação e Comunicação

Julio Carlos Balzano de Mattos

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Sérgio Batista Christino

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Mário Renato de Azevedo Júnior

Comissão Organizadora VI CEC

Andréa Lacerda Bachettini
Desirée Nobre Salasar
Jerri Teixeira Zanusso
Norlai Alves Azevedo
Valdecir Carlos Ferri
Ana Carolina Oliveira Nogueira
Cátia Aparecida Leite da Silva
Elias Lisboa dos Santos
Mateus Schmeckel Mota
Matheus Blaas Bastos
Nádia Najára Krüger Alves
Rogéria Aparecida Cruz Guttier

Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Francisca Ferreira Michelin

Coordenador de Arte e Inclusão

João Fernando Igansi Nunes

Coordenadora de Patrimônio Cultural e Comunidade

Silvana de Fátima Bojanoski

Coordenador de Extensão e Desenvolvimento Social

Felipe Fehlberg Herrmann

Núcleo de Ação e Difusão Cultural

Matheus Blaas Bastos

Núcleo de Formação, Registro e Acompanhamento

Ana Carolina Oliveira Nogueira
Rogéria Aparecida Cruz Guttier
Cátia Aparecida Leite da Silva

Seção de Integração Universidade e Sociedade

Norlai Alves Azevedo

Seção de Captação e Gestão de Recursos

Mateus Schmeckel Mota
Elias Lisboa dos Santos

Seção de Mapeamento e Inventário

Andrea Lacerda Bachettini

Secretaria

Nádia Najara Kruger Alves

Design Editorial

Carlos Eduardo Vetromille Brito

Foto da capa

Fotografia
V SIIPE, Orquestra de Instrumentos Autóctones e
Novas Tecnologias - UNTREF/Argentina
Fotógrafo: Alvaro Pouey de Oliveira Filho



UFPel 50 anos: construindo cidadania com Extensão Universitária

O tema celebrado pela 5ª Semana Integrada de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão (SIIPE) da UFPel comemorou o aniversário de 50 anos da Universidade com o enunciado que faz referência a uma das principais funções da universidade pública: a construção da cidadania. Do ponto de vista do Congresso de Extensão e Cultura, o tema vem contemplado pelas diretrizes da Extensão, o que equivale dizer que a própria dimensão o atende intrinsecamente, porque a formação cidadã é o pressuposto básico da genuína prática extensionista. E isso ocorre, justamente, quando há poucos meses o Conselho Nacional de Educação homologou através da Portaria no 1.350, publicada no Diário da União de 17 de dezembro de 2018, a homologação do Parecer que estabelece as diretrizes e normas para as atividades de extensão na educação superior do País. O que se encontra nesse documento afirma “a extensão universitária como função potencializadora na formação dos estudantes e na capacidade de intervir em benefício da sociedade, aspecto essencial para que a universidade se realize como instrumento emancipatório do ponto de vista histórico” (p. 4) 1

Desse modo, é atual, presente e justificável que se entenda e se defenda - porque também isso é necessário - a extensão universitária sob dois dos princípios que a determinam: um é o processo formativo para o estudante e o outro, o processo que o forma um cidadão voltado a interagir com a sociedade em uma perspectiva cidadã, ou seja, pronto a exercer o conhecimento de modo a contribuir para a melhoria da sociedade.

Retomando o texto do Parecer, entende-se que a valorização da extensão pressupõe uma mudança de paradigma pedagógico que se expressa no profundo câmbio do “eixo pedagógico clássico, ou seja, a relação estudante/professor, é substituída pelo eixo estudante/professor/comunidade” (p. 9). O que se conforma, diante deste quadro é a compreensão de um novo entendimento para a formação do estudante, seja qual for o curso que este esteja cursando. Assim, a extensão tornou-se “dimensão pedagógica essencial à formação superior”(p. 11).

Alguns perguntam se isso é possível, realizável e cumpre com a meta para a qual foi feito. A V SIIPE encerrou com um exemplo concreto ao trazer à Pelotas a Orquestra de Instrumentos Autóctonos y Nuevas Tecnologias da Universidad Nacional Tres de Febrero, Argentina. O espetáculo, assistido por mais de mil pessoas, é resultado deste processo porque, tal como explicou o Prof. Alejandro Iglesias, diretor e maestro da Orquestra, o espetáculo é apenas a forma final e visível de um processo no qual todas as dimensões do aprendizado estão vinculadas: os conteúdos formais, a pesquisa e a profunda integração com as culturas sul americanas. Trata-se, portanto, de um aprendizado integral, contínuo e expansivo.

Para não esquecer o exemplo, é que a capa destes Anais, com os quais celebramos mais uma edição do Congresso de Extensão e Cultura, apresenta uma fotografia de um dos momentos do espetáculo da Orquestra, que encerrou a V SIIPE. Nessa imagem vemos o resultado de um agir pleno: a luteria, a arte da confecção de máscaras, a interpretação musical e cênica e todo o aparato tecnológico que conforma a presença e atuação dos professores-músicos-pesquisadores e estudantes-músicos em formação - pesquisadores iniciantes, que se apresentaram no palco do Theatro Guarany. Foi uma ocorrência memorável que serviu para acreditar que é possível um novo modelo de formação universitária.

Francisca Ferreira Michelin
Pró-Reitora de Extensão e Cultura/UFPel

SUMÁRIO

DEFENSA ASSESSORIA CRIMINAL POPULAR

VICTORIA BORTOLOTTI LEMOS; NATAN NOGUEIRA LOPES; BRUNO ROTTA ALMEIDA

07

VOTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BAIRRO FRAGATA

PÂMELA PADILHA SILVEIRA; JULLYE SCHAUN; LORENA MAIA; THAÍS DEBLI LIBARDONI; ADRIANA ARAUJO PORTELLA

10

CLÍNICA JURÍDICO-PENITENCIÁRIA

ANDERSON ALEXANDRE DIAS SANTOS; CAMILA SILVA ROCHA; BRUNO ROTTA ALMEIDA

14

A FUNÇÃO ACADÊMICA E SOCIAL DE UM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: O NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA – UFPel

CAROLINE CARDOSO DA SILVA; LORENA ALMEIDA GILL

17

ATENÇÃO AO CUIDADO DO IDOSO: Projeto de Extensão

NICOLE FERNANDES DA SILVA; ELCIO ALTERIS DOS SANTOS; FELIPE FEHLBERG HERRMANN

21

“EL DERECHO DE VIVIR EN PAZ”: POR UMA ANTROPOLOGIA COM ATUAÇÃO CIDADÃ

DANIEL VAZ LIMA; FLÁVIA RIETH; LOUISE PRADO ALFONSO

25

VULNERABILIDADE SOCIAL E JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: A SAÚDE ATRAVÉS DO ACESSO À JUSTIÇA, A PARTIR DA ANÁLISE DOS CASOS DO PROJETO DE EXTENSÃO “DIREITO CUIDATIVO” DA UFPEL

JESSICA DE JESUS MOTA; ANA CAROLINA PRESTES MARON; BÁRBARA LIMONTA ROSA; FELIPE D’ AVILA FARIAS; GABRIELA SALDANHA LIMA; LARISSA DA ROCHA AYRES; KARINNE EMANOELA GOETTMS DOS SANTOS

29

O QUE PENSAM OS ADOLESCENTES DO PROJETO ESPERANÇA?

GLEBERSON DE SANTANA DOS SANTOS; MARCIA LEÃO DE LIMA; MARTA SOLANGE STREICHER JANELLI DA SILVA

33



Direitos Humanos

DEFENSA ASSESSORIA CRIMINAL POPULAR

VICTORIA BORTOLOTTI LEMOS¹; NATAN NOGUEIRA LOPES²; BRUNO
ROTTA ALMEIDA³

¹Universidade Federal de Pelotas – victoriabortolottil@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – lopesnatan@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – bruno.ralm@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

Visando a implementação de um instrumento de aprendizagem e, também, passível de proporcionar atendimento voltado às demandas da comunidade predominantemente pelotense, o projeto Defesa – Assessoria Criminal Popular teve sua estruturação em meados de 2011 e, desde então, tem se adaptado aos espaços disponibilizados e aos estudantes que o integram até obter a sua atual configuração.

Tendo como um dos objetivos suprir lacuna deixada pelo Serviço de Assistência Judiciária da Universidade Federal de Pelotas que não possui nenhuma atividade voltada à área criminal, os alunos participantes do projeto têm a possibilidade de desenvolver uma aprendizagem voltada às ciências criminais através da prática jurídica mediante a elaboração de peças processuais correspondentes ao atendimento da atividade de assistência jurídica. Ademais, o exercício de atividades processuais conciliados ao contato com os assistidos pelo projeto propiciam a crítica e a formação de um profissional humanizado envolvido com o compromisso social.

O auxílio do projeto não restringe-se aos estudantes, possibilitando que as demandas criminais da sociedade possam ser sanadas através da atividade voluntária. A gratuidade do serviço prestado fornece aos assistidos o devido acesso à informação e à justiça e não tem o condão de consistir em uma alternativa ao trabalho realizado pelas Defensorias Públicas, visto que sua atuação pauta-se na assessoria, termo mais abrangente e com enfoque principal em demandas coletivas e atuação em parceria da sociedade.

2. METODOLOGIA

Orientados e supervisionados pelos professores de penal e processo penal da Faculdade de Direito, os alunos estagiários atendem a comunidade pelotense no prédio do Serviço de Assistência Judiciária (SAJ) da UFPel. Tendo como foco a demanda criminal, buscam atender as necessidades dos cidadãos economicamente desfavorecidos de modo a orientá-los e, também, oferecer acompanhamento processual, ajuizamento de ações e elaboração de demais peças processuais.

O projeto não limita-se ao espaço cedido pelo Serviço de Assistência Judiciária. Em razão disso e com o intuito de inverter a busca que ocorria até então apenas do assistido pela assistência judiciária, o projeto também visa a realização de atividades diretamente em locais periféricos e acessíveis aos que na comunidade residem para que, com o uso de material visual, haja instrução sobre temas relevantes, tais como violência doméstica, Código de Trânsito e Estatuto da Criança e do Adolescente, além de proporcionar igual orientação e

assistência processual através de palestras e oficinas informativas.

Desta forma, verifica-se a aplicação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para uma formação pautada em um saber sistematizado acrescido de uma construção de novos saberes e da materialização da extensão, caracterizando a interdisciplinaridade e a qualificação do estudante que desenvolve uma autorreflexão do desempenho de suas atividades e maior crítica ao direito tradicional para promover ações transformadoras da realidade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Projeto está em atividade, mediante a participação discente em atendimento à comunidade pelotense, com encontros semanais – os discentes estão divididos em dois grupos, às quartas-feiras e quintas-feiras, momento em que contam com a supervisão docente e com orientação de advogados voluntários selecionados. Com efeito, o DEFENSA, além da assistência judiciária, realiza atividades de assessoria criminal, oportunidade em que os discentes e docentes efetuam atividades diretamente com a comunidade pelotense acerca de matérias afeitas às Ciências Criminais.

4. CONCLUSÕES

Pode ser destacados os seguintes pontos: interdisciplinaridade, preocupação com a parcela da sociedade que se encontra em situação marginalizada, contato com a comunidade externa e com órgãos públicos presentes em nossa sociedade, diversidade e confronto horizontal de pensamentos para qualificar as ações em prol da sociedade, estímulo ao tripé ensino-pesquisa-extensão na universidade. O projeto demonstra que não se deve dissociar ou delimitar fronteiras quando a questão envolve a sociedade e a defesa de direitos humanos e o acesso à justiça, ao mesmo tempo em que não se delimita a discussões teóricas com fins em si mesmas. Assim, visa medidas práticas e ações táticas acerca das problemáticas encontradas no atual sistema de justiça criminal brasileiro.

O projeto não se restringe apenas às atividades de assistência, como aquela realizada no estágio obrigatório pelos acadêmicos do curso de Direito, tampouco em uma alternativa ao serviço prestado pelas Defensorias Públicas, mas está atrelado a uma ideia de assessoria, termo mais abrangente, focado em demandas coletivas e de atuação em parceria com a sociedade, não se restringindo ao espaço da Faculdade. Aproxima-se e adentra-se ao ambiente das comunidades mais vulneráveis. Essa noção de assessoria não limita o aluno e a sua formação, mas desenvolve nele uma autorreflexão de suas atividades, além de uma maior presença crítica em relação ao direito tradicional e um mais responsável compromisso social, no qual deve promover ações transformadoras da realidade.

Com a finalidade da própria reestruturação social, o projeto, assim como as assistências judiciárias estudantis, consiste, juntamente com o advento da Lei 1.060/50, em um instrumento de exercício de direitos constitucionais fundamentais e inerentes ao exercício da cidadania e transformadores da realidade social. Ele tem o condão de viabilizar o acesso formal aos órgãos judiciários e à ordem jurídica, garantindo a efetiva proteção diante da ordem jurídica justa.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, A. **Doutrina e prática do processo civil contemporâneo**. São Paulo: BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra: Almedina, 2010.
- CAPPELLETTI, M; GARTH, B. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Fabris, 1998.
- DIDIER JR., F.; OLIVEIRA, R. **Benefícios da justiça gratuita**. Salvador: Jus
- GIACOMOLLI, Nereu. **A Fase Preliminar do Processo Penal: Crises, Misérias e Novas Metodologias Investigatórias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
- histórica e Perspectivas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. Juspodivm, 2014.
- LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. São Paulo: Saraiva, 2014.
- LUZ, V. C. **Assessoria Jurídica Popular no Brasil: Paradigmas, Formação**
- NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo Penal e Execução Penal**. RT, 2014.
- OLIVEIRA, Eugenio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Atlas, 2014.
- Povim, 2012.
- RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. São Paulo: Atlas, 2014.
- RT, 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma Revolução Democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2011.
- SCARANCE FERNANDES, Antonio. **Processo Penal Constitucional**. Editora RT.

VOTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BAIRRO FRAGATA

PÂMELA PADILHA SILVEIRA¹;
JULLYE SCHAUN; LORENA MAIA; THAÍS DEBLI LIBARDONI²;
ADRIANA ARAUJO PORTELLA³

¹Universidade Federal de Pelotas – pamelasilveira01@hotmail.com¹

²Universidade Federal de Pelotas – jullye_svp@hotmail.com; lorenamiltao@gmail.com;
thais_libardoni@hotmail.com;²

³Universidade Federal de Pelotas – adrianaportella@yahoo.com.br³

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo descrever o método da pesquisa Place Age, realizada pelo laborário Labcom do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas. A pesquisa tem por nome *Projetando lugares com os idosos: Rumo a comunidades amigas do envelhecimento* que tem o objetivo de estudar como os idosos enfrentam o envelhecimento no contexto urbano, cultural e social, a qual tem duração de três anos, contendo todas as pesquisas, aplicações, até a sua conclusão.

O pesquisa é realizada em parceria com o Reino Unido, trabalhando com comparações entre as cidades. No Brasil, a pesquisa é realizada em Belo Horizonte, Curitiba e em Pelotas.

No último ano, as pesquisas foram realizadas em três bairros de cada cidade, bairros distintos, para que se obtivesse os resultados das necessidades dos idosos em relação ao seu bairro. Em Pelotas, a pesquisa foi realizada nos bairros, Navegantes, Centro e Fragata.

2. METODOLOGIA

No ano 1, as primeiras aplicações foram com questionários, entrevistas, entrevistas caminhadas e diários. Com os quais, foi estudado a vivência dos idosos, sua rotina e como eles participavam do meio urbano, como também, o seu lazer e como utilizavam dos meios públicos. A memória e senso de lugar seja da cidade ou do bairro onde vivem.

No ano 2, foram utilizados os meios de mapeamento participativo e word café. Onde foram identificadas através de conversas, as mudanças que eram necessárias ao bairro e o que ele carecia.

No bairro Fragata, foco do resumo, surgiram muitas reclamações a respeito da insegurança, que se refletia no falta de infraestrutura, como, falta de iluminação e policiamento. Outra reclamação também foi sobre a falta de respeito por parte dos motoristas particulares nas ruas e principalmente nas faixas de pedestres. Os idosos também relataram que não se sentem respeitados por usuários do transporte público. Houveram reclamações também a respeito das calçadas e má condições das paradas de ônibus.

A partir das rodas de conversa, chegou-se à 6 temas centrais:

- Saúde e Qualidade de Vida;
- Caminhabilidade, Mobilidade e Acessibilidade;
- Participação Social;
- Espaços Públicos, Lazer e Turismo;
- Segurança Urbana, e;
- Memória, Identidade e Senso de Lugar.

Os quais, geraram as políticas públicas para serem levadas à votação em cada bairro estudado, incluindo o bairro Fragata.

Com as políticas selecionadas, conseguiu-se um espaço no bairro Fragata, no Ambulatório da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), localizado na Rua Almirante Guilhobel, nº 221. Os dias de exposição foram os dias 28 à 31 de maio, no horário das 9hs às 16hs. O número estimado de participantes foi de 12 pessoas. Os idosos participantes tinham em torno de 60 à 69 e alguns de 70 à 79. Foram levados os banners para exposição, onde se orientava aos idosos que votassem nas categorias das quais eles achassem mais importantes e/ou nas menos importantes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das votações, obtivemos então, um ranking das três propostas mais votadas, as quais representam as prioridades do bairro.

Política pública mais votada:

- **Valorização do idoso**: que tem como objetivo o incentivo a valorização do idoso como indivíduo e cidadão, estimulando a importância da sua participação social, da transmissão do seu conhecimento, para a sociedade.

Em segundo lugar, foram obtidas 4 políticas públicas com a mesma quantidade de votos, ou seja, com o mesmo grau de importância. Elas tiveram 10 votos cada, são elas:

- **Treinamento e aperfeiçoamento para profissionais que atendem idosos**: um treinamento para aperfeiçoamento para o atendimento dos idosos nas unidades públicas.
- **Responsabilização da prefeitura na manutenção das ruas principais**: que o Poder Público deve se responsabilizar por executar e manter as calçadas nas ruas principais, por ser as ruas que mantêm os serviços e comércios importantes do bairro.
- **Banheiros públicos de qualidade**: implementar banheiros públicos nas áreas de maior trânsito de pessoas, com um programa de incentivos fiscais.
- **Incentivo à memória de cada bairro**: um espaço para conversa sobre a memória do bairro, saberes populares. Através da Universidade, incentivar um estudo sobre o patrimônio local onde os idosos poderiam contar suas histórias sendo protagonistas destes encontros.

Em terceiro lugar, foram obtidas 11 políticas públicas com a mesma quantidade de votos, ou seja, com o mesmo grau de importância. Elas tiveram 9 votos cada, são elas:

- **Reuniões informativas sobre a saúde do idoso**: reuniões nas unidades básicas sobre alguns temas como: alimentação saudável, abandono do uso da bebida e cigarro, prevenção de doenças, incentivo a atividades físicas.
- **Exames, diagnósticos e tratamentos nas UBS**: disponibilidade de realização de exames nas unidades básicas como também, orientação e suporte aos idosos e, para os seus cuidadores.

- **Fiscalização da acessibilidade na moradia para o idoso:** fiscalização para que as moradias dedicadas aos idosos não tenham barreiras internas ou externas, para a utilização dos idosos.
- **Academias ao ar livre:** incrementação de academias ao ar livre e nas praças.
- **Gratuidade de transporte para idosos +60 anos de baixa renda:** gratuidade dos ônibus para os idosos acima de 60 anos, para ter acesso à serviços e comércio.
- **Incentivo fiscal para a manutenção das calçadas pelos proprietários:** programa de redução do IPTU para os proprietários que mantém suas calçadas em boas condições e que não oferecem riscos de queda.
- **Rede integrada de ciclovias:** ampliar a rede de ciclovias para que haja uma maior conexão do bairro com outros bairros e partes da cidade.
- **Atividades físicas para o idoso:** atividades físicas oferecidas aos idosos na Universidade e na Prefeitura.
- **Convívio entre idosos e outras gerações:** dar oportunidade para os idosos conviver com as crianças e os jovens do seu cotidiano.
- **Atividades de pesquisa e extensão promovidas pela universidade:** promover atividades de pesquisa e extensão voltadas ao idoso e ao envelhecimento.
- **Recuperação de áreas de lazer nos bairros:** recuperação das praças públicas para utilização.

4. CONCLUSÕES

Através dos dados obtidos, entendeu-se a necessidade do bairro, e notou-se que o bairro carece de um melhor atendimento nas unidades básicas, infraestrutura nas ruas principais, banheiros públicos.

Porém a maior necessidade dos idosos, a qual foi mais votada, é a valorização do idoso, seja no lugar onde vive, ou nos lugares onde ele frequenta. A maior necessidade do idoso é ser valorizado, atuar como cidadão, ter maior participação social e reconhecimento do seu conhecimento.

A partir da votação dos três bairros, foram eleitas as políticas públicas mais votadas nos bairros e levadas à prefeitura, na busca de um retorno à população e principalmente aos idosos, foco de pesquisa.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livro

PORTELLA, A; WOOLRYCH, R. **Projetando Lugares com Idosos: Rumo às Comunidades Amigas do Envelhecimento; Relatório Anual dos Estudos de Caso Brasileiros – Ano 1 do Projeto.** 2019.

CLÍNICA JURÍDICO-PENITENCIÁRIA

ANDERSON ALEXANDRE DIAS SANTOS¹; CAMILA SILVA ROCHA²; BRUNO
ROTTA ALMEIDA³

Universidade Federal de Pelotas¹ – aads.dias@gmail.com
Universidade Federal de Pelotas² – milacoutinho52@gmail.com
Universidade Federal de Pelotas³ – bruno.ralm@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O projeto se destina ao treinamento da atividade forense na área da execução criminal, preparando os alunos para a prática junto ao cumprimento da pena por meio da elaboração de peças processuais e o acompanhamento processual da população carcerária da cidade de Pelotas e região. Concomitantemente com a práxis, será aperfeiçoado o aprendizado teórico, através de grupos de estudos, seminários e debates com a finalidade de manter sempre atualizado o referencial teórico na seara da execução penal. Aliado à prática e à teoria, a promoção do acesso à justiça para a população encarcerada da cidade de Pelotas e região, eminentemente marginalizada socialmente, consolida o objetivo do projeto de humanização do estudante do Curso de Direito acerca do contexto social em que ele está inserido, bem como o papel da Universidade no sentido de emancipação social de grupos especialmente vulneráveis. Especialmente, o projeto deseja aproximar o estudante de Direito da instituição penitenciária, para que, por intermédio de um alcance crítico e lastreada nos Direitos Humanos, o discente possa compreender a realidade do cárcere brasileiro. Indo além, por meio da apreensão teórica, consiga cooperar na obtenção dos direitos básicos dos enclausurados. A ideia de uma assessoria não limita o aluno e a sua formação, mas desenvolve nele uma autorreflexão de suas atividades, maior presença crítica ao direito tradicional e o compromisso social no qual deve promover ações transformadoras da realidade.

Os objetivos específicos são: Realizar assessoria jurídica em favor de pessoas privadas da liberdade; Proporcionar o acesso à justiça no âmbito do sistema prisional em benefício das pessoas presas e em situação de vulnerabilidade; Desempenhar ações sociais para a construção de uma concepção crítica das ciências criminais, notadamente a execução penal, por parte dos docentes, dos discentes, dos técnicos e da sociedade; Fomentar o pensamento crítico na luta em defesa dos direitos humanos em ambientes prisionais, na tentativa de superar modelos de punição e de controle social estigmatizantes e antidemocráticos.

2. METODOLOGIA

A dinâmica da Clínica Jurídico-Penitenciária ocorrerá a partir do atendimento e do acompanhamento de processos de execução criminal por meio dos estudantes do Curso de Direito. Ainda, promoverá a discussão regular de trabalhos e obras referente à execução penal, com a franca finalidade de capacitação crítica dos estudantes – os quais devem compreender o seu potencial papel de garantidores de direitos e de transformadores do contexto social em que habitam. A supervisão das atividades será exercida pelos

professores de Direito Penal e Direito Processual Penal, assim como se realizará a seleção de advogados voluntários para atuarem diretamente com os estudantes. A partir de tais atividades, o projeto não se restringe apenas às atividades de assistência, como aquele realizado no estágio obrigatório pelos acadêmicos do curso de Direito, tampouco em uma alternativa ao trabalho realizado pelas Defensorias Públicas, mas sim de assessoria, termo mais abrangente, com enfoque principal em demandas coletivas e atuação em parceria com a sociedade, não se restringindo ao espaço da Faculdade, mas também se aproximando e adentrando ao ambiente das comunidades.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ideia de uma assessoria não limita o aluno e a sua formação, mas desenvolve nele uma autorreflexão de suas atividades, maior presença crítica ao direito tradicional e o compromisso social no qual deve promover ações transformadoras da realidade. Com foco especial, obviamente, no cárcere como instituição total que executa a violência estatal e, por meio de sua intrínseca seletividade, mantém a segmentação social.

4. CONCLUSÕES

O referido projeto oportuniza à comunidade acadêmica, em especial aos acadêmicos do Curso de Direito, a possibilidade de promover, inevitavelmente, a interdisciplinaridade e interação da teoria com a prática penal, através da produção de peças processuais aplicáveis à demanda dos apenados, bem como a possibilidade de desenvolver outras atividades além da práxis, como a discussão e produção de conhecimento na seara da Execução Penal e dos Direitos Humanos. A principal contribuição ao aluno que passa a integrar esta assessoria é a autonomia a eles conferida para empregarem as suas ações e canalizarem seus conhecimentos para uma atividade jurídica de cunho social, reflexiva, crítica e transformadora da realidade mediante a convergência entre academia e cárcere. A comunidade carente encarcerada pelotense e da região será beneficiada com a criação do projeto, tendo em vista que a circunstância de não poder economicamente prover um advogado particular não se configura em motivo idôneo para a restrição da cidadania do indivíduo encarcerado. Outro motivo relevante para a criação desta assessoria recai sobre a ausência de um projeto nesta Universidade que trabalhe com a questão do treinamento técnico científico na área da execução criminal e que, ao mesmo tempo, proporcione essa interação com a comunidade, de modo que essa inovadora proposta beneficia a comunidade local que pode se favorecer com a prestação de um serviço proporcionado por profissionais qualificados e principalmente comprometidos em buscar a excelência nas atividades desempenhadas.

Portanto, o exercício da cidadania não se limita à representação judicial por meio do assistencialismo, mas sim em proporcionar ao cidadão a liberdade de conhecer os seus direitos e deveres para então exigi-los de forma justa e igualitária, especialmente por meio do acesso à justiça das pessoas que já se encontram sobremaneira estigmatizadas pelo cárcere.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERGALLI, Roberto. **¡Esta es la carcel que tenemos... (Pero no queremos)!** In: RIVERA BEIRAS, Iñaki. **Carcel y derechos humanos. Un enfoque relativo a la defensa de los derechos fundamentales de los reclusos**. Barcelona: Bosch, 1992.

COSTA, Pietro. **Il progetto giuridico. Ricerche sulla giurisprudenza del liberalismo classico**. Vol I. Milano: Guffrè, 1974.

FERRAJOLI, Luigi. **Jurisdicción y ejecución penal. La cárcel: una contradicción institucional**. In: GARCÍA-BORÉS ESPÍ, Josep; RIVERA BEIRAS, Iñaki (coord.) **La cárcel dispar. Retóricas de legitimación y mecanismos externos para la defensa de los derechos humanos en el ámbito penitenciario**. Barcelona: Bellaterra, 2016.

GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

PAVARINI, Massimo. **Estrategias de lucha. Los derechos de los detenidos y el abolicionismo. Delito y Sociedad. Revista de Ciencias Sociales**. Año 17, n. 26, 2008.

RIVERA BEIRAS, Iñaki. **Descarcelación. Principios para una política pública de reducción de la cárcel (desde un garantismo radical)**. Valencia: Tirant Lo Blanch, 2017.

RIVERA BEIRAS, Iñaki. **La cuestión carcelaria: historia, epistemología, derecho y política penitenciaria**. 2. ed. Buenos Aires: Del Puerto, 2009.

RIVERA BEIRAS, Iñaki. **La devaluación de los derechos fundamentales de los reclusos. La construcción jurídica de un ciudadano de segunda categoría**. Barcelona: Bosch, 1997.

RIVERA BEIRAS, Iñaki. **La impunidad de la tortura y las obligaciones de los estados en el marco internacional y estatal**. In: ANITUA, Gabriel Ignacio; ZYSMAN QUIRÓS, Diego. **La tortura: una práctica estructural del sistema penal, el delito más grave**. Buenos Aires: Didot, 2013.

SILVEIRA, Hector. **El cuarto poder y la protección de lo común (i)**. Revista Crítica Penal y Poder, nº 12, mar. 2017. Observatorio del Sistema Penal y los Derechos Humanos Universidad de Barcelona.

WACQUANT, Löic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

A FUNÇÃO ACADÊMICA E SOCIAL DE UM CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: O NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA – UFPEl

CAROLINE CARDOSO DA SILVA¹;
LORENA ALMEIDA GILL²

¹Universidade Federal de Pelotas 1 – card.karol@hotmail.com 1

²Universidade Federal de Pelotas – lorenaalmeidagill@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A presente comunicação tem como objetivo relatar algumas das atividades realizadas por mim e que envolvem o Núcleo de Documentação Histórica (NDH) localizado na Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), sobretudo, nos campos da pesquisa e extensão que, muitas vezes, andam juntas.

O NDH foi fundado em março de 1990 com o objetivo de ser um centro de documentação. A finalidade era preservar a história da Universidade e dos movimentos sociais. Trata-se de um lugar de memória, que salvaguarda vários acervos dentre eles o da Delegacia Regional do Trabalho, do Laboratório de História Oral, da Laneira e o da Justiça do Trabalho, sobre o qual me deterei nesta comunicação, pois é onde atuo para fins de pesquisa acadêmica e é o acervo mais demandado pela comunidade desde que comecei a integrar o Núcleo como bolsista.

O Acervo da Justiça do Trabalho chegou ao NDH no ano de 2005. Conta com mais de cem mil processos trabalhistas que vão de 1936 a 1995, sendo estes disponíveis para consulta e pesquisa de estudantes e da comunidade em geral. De acordo com Gill e Loner (2014, p. 117), “o fato de toda a coleção de processos trabalhistas da região estar preservada e em condições de consulta difere e amplia o valor dessa documentação, pois em outros locais, aliás, na grande maioria das comarcas, o material já foi eliminado com base na lei 7.627 de 10 de novembro de 1987, a qual dispõe sobre a eliminação dos autos findos, seja através de sua incineração ou picoteamento”. Essa preservação faz com que o Acervo da Justiça do NDH seja um espaço de preservação da história e da memória dos mundos do trabalho da região Sul do Rio Grande do Sul.

Halbwachs (2013) discorre teoricamente sobre questões de memória. Para o autor, a memória individual é um ponto de vista e uma lembrança relacionada à memória coletiva. O autor coloca que memórias individuais são permeadas por ligações com outras pessoas que influenciam direta e indiretamente o decorrer da vida de um indivíduo.

O conceito trabalhado por Halbwachs dialoga com a memória existente no Acervo da Justiça do Trabalho, haja visto que os processos trabalhistas nele contidos tratam da vivência coletiva de trabalho de empregados que, por interesses em comum, entram na Justiça em busca de direitos.

Há diferentes tipos de acervos documentais, como, por exemplo, os Arquivos do Poder Executivo, Legislativo e do Judiciário - sendo o Acervo da Justiça do Trabalho desta tipologia. Muito embora seja válida a quantidade de documentações que se acham nesses arquivos, é necessário saber filtrar a busca, realizando a pesquisa, a partir de um olhar mais afinado relacionado ao objeto do pesquisador (PINSKY et al, 2008).

A partir das considerações preliminares feitas até então, buscarei ligar os pontos teóricos e os pontos práticos, entendendo que minha prática no NDH está indissociada da pesquisa e da extensão, tendo função acadêmica e social.

2. METODOLOGIA

O NDH é um “projeto de extensão permanente e está em atividade há mais de duas décadas, com o objetivo de preservar a história da Universidade, dos movimentos sociais e sindicais, além de partidos políticos da região sul do Estado do Rio Grande do Sul.” (LONER, GILL, 2013, p. 2). Sendo, então, um projeto de extensão, o Núcleo de Documentação Histórica presta diversos tipos de serviço para a comunidade acadêmica e a comunidade geral, entre os quais posso citar os seguintes: alguns estudantes de Licenciatura e Bacharelado em História procuram o Núcleo com a finalidade de realizar trabalho voluntário, sendo uma oportunidade de atuar, na prática, com o manejo de fontes históricas, para higienização e pesquisa; estudantes procuram o Núcleo para fins de pesquisas direcionadas, vinculadas, por exemplo, a interesse em fábricas/empresas que são citadas nos processos trabalhistas (também chamados de pleitos); ainda há os trabalhadores que procuram o Acervo para consultar os processos de antigos familiares para descobrir ou comprovar se há dupla nacionalidade, haja visto que muitos trabalhadores e operários de outrora eram imigrantes, sobretudo italianos e alemães (MATTOS, 2003); e, recentemente, com as mudanças previstas na Reforma da Previdência há as pessoas que procuram processos que elas mesmas moveram com relação a alguma empresa em que trabalharam, em determinado período, em busca de comprovar condições de trabalho, sobretudo de insalubridade, para anexar ao seu processo de aposentadoria. Em meio a tudo isso, muitas reflexões e aprendizados se constroem.

Como atividade prática no Acervo da Justiça do Trabalho, estou realizando a organização do Acervo aplicando etiquetas nas caixas, que guardam documentos. Tais etiquetas contêm o ano referente aos processos e o lote, a partir do qual chegaram. A “[...] organização dos documentos de um arquivo ou coleção, [se dá] de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo”, conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.49).

As etapas para a organização de um acervo, tendo como base o que está sendo aprendido e trabalhado na disciplina de Organização de Arquivos Históricos, são basicamente as de: percepção e registro, higienização, avaliação/identificação, classificação/arranjo, acondicionamento, descrição; disseminação. Nos trabalhos realizados no Núcleo, como a quantidade de documentação é expressiva, o foco é principalmente colocado na classificação, arranjo e acondicionamento, que são as etapas visando facilitar a acessibilidade dos documentos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando os documentos chegaram ao NDH, em 2005, foram transportados para uma sala localizada no Instituto de Ciências Humanas, UFPel, com grandes prateleiras para que pudessem comportar o volume do acervo. Junto com isso, foi disponibilizada ao Núcleo uma tabela no Excel, possibilitando uma maior organização do acervo, ordenando o conteúdo de cada processo e em qual caixa o mesmo se localizava. Apesar disso, sentiu-se a necessidade de ampliar essa pesquisa e disponibilizar o acervo ao público em geral. Diante disso, surgiu a

iniciativa da construção de um Banco de Dados, que é uma forma de possibilitar ao público externo e interno à universidade, a busca dos processos por meio online e digital.

Como um espaço rico de pesquisa, o Acervo da Justiça do Trabalho gerou e ainda gera um apanhado de trabalhos acadêmicos, entre artigos, trabalhos de conclusão de curso (TCC) e dissertações. Alguns exemplos de TCC são: “Nós na Trama: Os pleitos judiciais das operárias da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense (1944-1954)”, de Eduarda Borges da Silva; “Carregar e Descarregar: os estivadores de Pelotas e suas relações trabalhistas entre 1940 e 1942”, de Jordana Pieper; “Sapateiros e suas memórias: pensando sobre antigos ofícios”, de Micaela Sheer. Já como exemplos de dissertações temos: “Indisciplinados os que adoecem e nômades os que reclamam férias”: A saúde do trabalhador nos processos da Justiça do Trabalho de Pelotas (1936-1945)”, de Lóren Rocha e “Os operários não mentem perante a justiça: análise do exercício da advocacia de Antônio Ferreira Martins em Pelotas (RS) de 1941 à 1945”, de Camila Braga.

Atualmente, eu estou desenvolvendo o projeto de Dissertação com o título de “Precarização, feminização do trabalho e terceirização: noções para o entendimento de trajetórias de vida de trabalhadoras terceirizadas na Pelotas atual”, a partir do qual pretendo incorporar processos judiciais contra empresas de prestação de serviços, entre os anos de 1986 até 1992. Tais processos trazem, explicitamente nos pleitos, reclamações sobre a falta de vínculo empregatício, insalubridade e precarização. De acordo com Loner e Gill (2013, p. 7): “Estes processos, que expõem conflitos entre empregados e seus patrões, são de grande importância para o estudo do trabalhador comum e suas relações com os poderes constituídos, além das alterações no mundo do trabalho”.

4. CONCLUSÕES

Desde 2016 o Núcleo de Documentação Histórica faz parte da minha trajetória acadêmica. Nesse mesmo ano, realizei trabalho voluntário, tendo ajudado a construir o Banco de Dados, bem como com o acompanhamento nas realizações de entrevistas do Projeto ligado ao Núcleo chamado “À beira da extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer”, projeto que busca analisar profissões à beira da extinção ou em transformação, como estivadores, afiadores de faca, fotógrafos de rua, bem como benzedeiras, parteiras, curandeiras, ofícios que insistem em se manter em um mundo que parece não querer mais lhes dar qualquer tipo de espaço, já que, muitas vezes, aquilo que oferecem se tornou descartável. Sempre tive pretensões de estudar História Social, como a história dos Movimentos Sociais, ou Movimentos de trabalhadores, bem como os Mundos do Trabalho em si, e o NDH sempre foi um espaço que torna essas pesquisas possíveis.

Contudo, tendo esse teor social intenso, o Núcleo sempre está em diálogo com a comunidade, dentro e fora da Universidade, e isso faz com que as pesquisas que são produzidas neste espaço sejam ricas e relevantes. Sendo assim, posso dizer que, a partir da minha experiência pessoal, reafirmo a importância da pesquisa acadêmica estar ligada com a extensão universitária, como um mote inclusive da História Social dos Mundos do Trabalho, sendo esse segmento sempre muito comprometido com as questões sociais e políticas do mundo atual.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acervo da Junta de Conciliação e Julgamento - Comarca de Pelotas do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas. Rua Alberto Rosa, n. 154, Centro, Pelotas – RS – Brasil.

BRASIL, Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

DROPPA, Alisson; LOPES, Aristeu Elisandro Machado; SPERANZA, Clarice Godart (Orgs). **História do trabalho revisitada: justiça, ofícios, acervos**. 1 ed. Jundiaí (SP): Paco, 2018.

GILL, Lorena e LONER, Beatriz Ana. O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel e seus acervos sobre questões do trabalho. **Esboços** (UFSC), v. 21, p. 109-123, 2014.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2013.

HOBBSAWM, Eric. Não basta a história de identidade. In: **Sobre história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 364-379.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida. O trabalho de um Centro de Documentação: O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel. **Revista Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 9, n. 2, p. 241-256, julho-dezembro, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. 2.ed., 1ª reimpressão.— São Paulo: Contexto, 2008.

ATENÇÃO AO CUIDADO DO IDOSO: Projeto de Extensão

NICOLE FERNANDES DA SILVA¹; ELCIO ALTERIS DOS SANTOS²;
FELIPE FEHLBERG HERRMANN³

¹Universidade Federal de Pelotas – nicolefernandes1995@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – elcio.to_ufpel@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – herrmann.ufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Os idosos representam cerca 12% da população mundial, com previsão de duplicar esse número em 2050 e triplicar em 2100. Este fato mostra a maior longevidade como uma história de sucesso para a humanidade. Esses anos extras de vida permitem à população planejar o futuro de modo distinto das gerações anteriores, dependendo de um elemento central: a saúde (TAVARES et al., 2017).

A dependência é o maior temor nessa faixa etária e evitá-la ou postergá-la passa a ser um trabalho conjunto entre equipe de saúde, idoso e família. Sendo a Atenção Básica o contato preferencial dos usuários com os sistemas de saúde (BRASIL, 2006).

Nisto, entram as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) que tem seu papel fundamentalizado perante a lei, tendo em vista que em 2005, a Resolução da Diretoria Colegiada, RDC nº 283, adere o termo ILPIs e estabelece um novo conceito que passa a predominar e definir esses espaços que, até então, eram conhecidos como asilos (MOTA et al., 2019)

ILPIs são instituições governamentais ou não-governamentais, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condições de liberdade, dignidade e cidadania. (ANVISA, 2005, p.484).

Em busca de proporcionar a qualificação das atividades desenvolvidas nas ILPIs de cidades da Região Sul, chegou ao Programa de Desenvolvimento Social dos Municípios da Zona Sul à demanda por cursos e ações para os Municípios da Zona Sul.

Com a intenção de cooperar com uma demanda dos municípios e contribuir com o desenvolvimento social da região, o programa é coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e conta com a parceria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense e da Associação dos Municípios da Zona Sul (Azonasul).

O Projeto Serviços e Cuidados na Atenção do Idoso surge no intuito de atender uma demanda reprimida dos municípios da Zona Sul na qualificação dos profissionais que trabalham nas Instituições de Longa Permanência para Idosos e das Secretarias de Saúde da região.

Tendo como objetivo principal promover oficinas que auxiliam nas demandas relacionadas aos cuidados com idosos, qualidade de vida, serviços da área de administração em residenciais, lares e instituições de longa permanência.

2. METODOLOGIA

O curso ofertou 30 vagas, sendo vinte delas para residentes do Município de Pelotas e dez vagas para a Zona Sul, tendo como público-alvo, trabalhadores de residências, profissionais, alunos da área da saúde e demais interessados e terá sua oferta no primeiro semestre de 2019, com encontros quinzenais de turno integral.

O curso foi dividido em três módulos. Cada um deles é representado por áreas específicas ao atendimento do idoso: administração e serviços, saúde e lazer. Os módulos foram organizados de maneira a garantir uma maior dinamicidade e qualidade no atendimento aos idosos.

O primeiro módulo envolveu questões de gestão em serviços, administração, organização de fluxos e rotinas administrativas, compras, registros e captação de recursos por meio de projetos.

O segundo módulo foi relacionado à saúde e qualidade de vida, assim como estratégias protocolares na administração de serviços de saúde, atualidades na reabilitação, a importância do trabalho multidisciplinar, a alimentação saudável e a saúde psicossocial.

O terceiro módulo compreendeu a introdução de serviços voltados ao lazer. Dentre elas estão atividades sociais, música, jogos e artesanato por meio de oficinas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Frente a realidade atual, prover cuidados diários para o idoso passa a ser uma nova e desafiadora tarefa para a família, cujos membros, muitas vezes, assumem o papel de cuidadores sem preparação, conhecimento ou suporte adequado para o desempenho de tal função, o que implica prejuízos para a sua qualidade de vida e para a qualidade do cuidado dispensado (LOUREIRO et al., 2014).

A divulgação do curso foi por meio digital através da Universidade, além de divulgação por rádio, jornais da região e indicações, o que colaborou com a grande visibilidade e procura.

As inscrições foram realizadas durante nove dias através de um formulário online, os quais deveriam ser preenchidos os seguintes dados: Nome, CPF, E-mail, Telefone, Município, Entidade e Profissão. O curso encerrou suas inscrições com 1.129 interessados nas 30 vagas para o curso. A Tabela 1 mostra a busca por vagas de acordo com o Município do concorrente.

Tabela 1. Relação de inscritos por Município

Município	Nº inscritos
Arroio do Padre	2
Arroio Grande	5
Bagé	3
Camaquã	1
Candiota	1
Canguçu	13
Capão do Leão	49

Cerrito	2
Herval	1
Jaguarão	1
Morro Redondo	5
Pedras Altas	2
Pedro Osório	4
Pelotas	982
Pinheiro Machado	1
Porto Alegre	1
Rio Grande	19
Rio Grande do Sul	21
São José do Norte	3
São Lourenço do Sul	9
Não identificado	4

Fonte: Os autores.

O curso formou sua primeira turma em agosto de 2019, dispondo ao mercado de trabalho cerca de 30 novos profissionais qualificados.

4. CONCLUSÕES

Este projeto de extensão aumentou a interação entre Universidade e Sociedade, possibilitou a formação de profissionais, contribuindo com o desenvolvimento econômico e social.

Além disto, ao analisar os números apresentados, é possível notar a grande demanda por estes cursos de qualificação, e exalta a importância destes projetos, da extensão e das Universidades para a comunidade em geral.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Envelhecimento e Saúde Pessoa Idosa. **Cadernos de atenção básica**. Brasília, 2006.

BRASIL. Resolução RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005. Aprova “**Regulamento técnico para o funcionamento das instituições de longa permanência para idosos**”. Órgão emissor: ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_283_2005_COMP.pdf/a38f2055-c23a-4eca-94ed-76fa43acb1df. Acesso em: 12 de setembro de 2019.

LOUREIRO, L. S. N.; M. G. M. F.; MIRIAM, M. L. N.; ROSALINA, A. P. R. Sobrecarga em cuidadores familiares de idosos: associação com características do idoso e demanda de cuidado. **Revista Brasileira de Enfermagem**. v. 67, n. 2, 2014.

MOTA, R. S.; LUIZ, J. M.; TRINDADE, G. M.; CASTRO, P. O.; SILVA, V. C. Olhares transversais: reflexões de um contexto multifacetado. **Expressa extensão**. v. 24, n. 1, p. 25 – 39, 2019.

TAVARES, R. E.; JESUS, M. C. P.; M. D. R.; BRAGA, V. A. S.; TOCANTINS, F. R.; MERIGHI, M. A. B. Envelhecimento saudável na perspectiva de idosos: uma revisão integrativa. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol**, Rio de Janeiro, 2017.

“EL DERECHO DE VIVIR EN PAZ”: POR UMA ANTROPOLOGIA COM ATUAÇÃO CIDADÃ

¹DANIEL VAZ LIMA; ²FLÁVIA RIETH; ³LOUISE PRADO ALFONSO

¹Universidade Federal de Pelotas – dvlima.vaz@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – louiseturismo@yahoo.com.br

³Universidade Federal de Pelotas - riethuf@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

As considerações deste texto incitam (re)pensar o trabalho da/o antropóloga/o junto aos coletivos em contextos de conflitos, a partir da situação etnográfica vivida no Passo dos Negros, Pelotas/RS. Tais situações convidam a reflexões sobre a formação enquanto antropólogo perpassando questões como o papel junto aos coletivos no sentido de engajamento, de ética e de militância bem como o fazer antropologia em situações de conflitos. Para WAGNER (2010) a experiência etnográfica não é somente um ato de descrever o outro a partir de situações vividas, mas um processo de aprendizado em que o/a antropólogo/a aprende novas formas de viver a vida reinventando suas concepções sobre modos de vida que, passadas aos demais participantes de sua “cultura”, acaba por inventar a própria antropologia. Por isso, a questão que se coloca aqui é entender de que maneira a experiência etnográfica pode ensinar a (re)pensar o fazer antropologia.

Em 2016, iniciei o trabalho de pesquisa junto ao grupo de estudos “narrativas do Passo dos Negros: exercício de uma etnografia coletiva para antropólogas/os em formação”. Sequer tinha noção da localização do lugar em relação a cidade tanto no sentido geográfico do termo como no sentido político e cultural. No entanto, as experiências de trabalho de campo, realizando caminhadas pelas ruas, experienciando relações com os habitantes locais, as coisas e os lugares, marcou-me a sensação de estar vivendo a memória e a história que conheço sobre a cidade.

Como li em uma passagem de CALVINO no livro “as cidades invisíveis”, a cidade “não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas (...)”. Nesse sentido, dei um passo à época das charqueadas, nos séculos XVIII e XIX, em que a região se configurou como um contexto de circulação de mercadorias sendo um lugar estratégico para a constituição do núcleo charqueador (GUITIERREZ, 2006). Ali cruzavam as tropas de gado bovino, tocadas a cavalo e cães, que atravessavam o São Gonçalo em direção aos matadouros que estiveram ativadas até o final de século XX. Além disso, a época, o Passo dos Negros foi o local de desembarque de pessoas escravizadas que eram comercializados no local e encaminhados para outros pontos de comercialização. Este passado de escravidão e circulação das tropas se mesclam na estrutura da “ponte dos dois arcos” que fora “feita por escravos” e está localizada no antigo corredor das tropas.

Seguindo a caminhada pela história, chega-se ao século XX, em que a crise da produção de charque fez com que a elite econômica buscasse novas alternativas. Assim, surge o cultivo e industrialização do arroz cujo o marco é o “engenho Pedro Osório” que esteve ativado até o ano de 2004. Atualmente, ao vivenciar o lugar encontramos ex-funcionários e funcionárias do antigo engenho que nos narraram suas histórias de vida e trabalho, catadores/as e carroceiros/as que coletam

resíduos sólidos pela cidade, trabalhadores/as rurais, enfim, diferentes tipos de pessoas e ocupações.

Entretanto, apesar de ser uma região de referência cultural e histórica da cidade, o Passo dos Negros e sua história encontram-se ameaçados pelo avanço dos empreendimentos imobiliários que desencadearam situações de conflito nos colocando em redes políticas e jurídicas, com a responsabilidade de elaboração de um dossiê de patrimonialização solicitado pelos/as moradores/as ameaçados de serem removidos para outros lugares. É neste processo que é proposto (re)pensar o trabalho da/o antropóloga/o para além do “olhar, ouvir e escrever” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006), enquanto um compromisso com os grupos a partir de uma leitura de contexto. Ao defender uma cidade múltipla, nos desafiamos a descrever um lugar narrado por aqueles que estiveram às suas margens, tornando emergente uma antropologia extramuros.

2. METODOLOGIA

Uma constatação de WAGNER (2010, p. 29) diz que uma antropologia que não busque “ultrapassar os limites de suas próprias convenções”, que não deposite a imaginação no mundo da experiência haverá de ser mais uma ideologia do que uma ciência. Assim, realizamos a etnografia no sentido dado por PEIRANO (2014), enquanto uma “formulação teórico-etnográfica” sendo um conhecimento reflexivo constituído a partir do diálogo entre a experiência de campo e a teoria. Para além disso, todas as vivências são executadas de maneira coletiva, compartilhando aprendizados e dando um caráter heterogêneo ao conhecimento (PEREIRA et al, 2015).

A despeito das críticas feitas a etnografia enquanto “descrição etnográfica de”, sustentado em uma concepção de distanciamento, a consideramos como um “pensar com”, pois escrevemos levando em consideração as heteróclitas vozes que ecoam no processo de inscrição da experiência. Na realidade, as definições da maneira como estaremos inseridos no campo depende muito do próprio campo, pois são as situações vividas que definem questões sobre distanciamento, engajamento e intervenção, dilemas éticos e morais.

Porém, é pertinente, em situação de conflitos, o posicionamento por parte de quem está inserido neste campo. Ao menos ter ciência de que este posicionamento está levando em consideração uma leitura de contexto e que o “não envolvimento” poderá dar continuidade há uma série de desigualdades e injustiças que a pesquisa poderia contribuir para desvendar (VIRGILHO, 2004, p. 61). Nesse passo, quando um morador do lugar nos diz que “*não podemos deixar morrer aquela história*” porque “*as pessoas não sabem que teve aquilo ali*”, É estratégico a adoção de uma antropologia militante enquanto um “campo de resistências” (*idem*) praticada de maneira coletiva.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O passado existe nos ecos das vozes que emudeceram, embora exista um “encontro secreto” entre as gerações precedentes e a nossa que BENJAMIN (1987) entende que seja a da “luta dos oprimidos”. Uma situação vivida com seu Pedro, morador no antigo corredor das tropas que trabalhou por mais de 30 anos no engenho Osório, é um marco que transforma a pesquisa. Estávamos conversando em cima da “ponte dos dois arcos” quando o morador nos indicou a presença, cada

vez mais próxima, dos prédios que avançavam sobre o lugar. O “progresso” enquanto uma tempestade que gera um amontoado de ruínas (BENJAMIN, 1987), se apresentou na nossa percepção paisagem. A mesma tornou-se marcada por suntuosos e monstruosos prédios avançando sobre os campos baldios e as pequenas casas que habitam a região, sendo muitas feitas de madeira.

Se considerarmos a “etnografia do espaço construído” (SILVA, 2015) podemos perceber o quanto o processo de urbanização do lugar não esteve as margens do estado, mas inserido em suas políticas de retirada de direitos. As políticas de saneamento básico, de luz elétrica se fazem presente para alguns grupos ao passo que para outros o Estado se faz ausente como estratégia para invisibilizar determinados grupos. Com modos de habitar pautados em referenciais negros, o lugar é marcado por tentativas de invisibilização pelas narrativas oficiais sobre a cidade que patrimonializam feitos da elite. Portanto, os materiais inscritos pelo grupo têm como propósito desvendar uma cidade múltipla em que o cotidiano, os modos de fazer e viver, sejam concebidos como “potência criativa” (ALFOLNSO, RIETH, 2016) de construção da cidade.

Nesse sentido, a escrita do dossiê com pedido de patrimonialização ao Instituto de Patrimônio Histórico e artístico Nacional (IPHAN) que o grupo estava elaborando passa por ressignificações. Tal dossiê torna-se uma ferramenta de resistência, que incomoda o poder público e os empreendimentos que ali querem se instalar. A escrita deste dossiê está associada a movimentos de “defesa do Passo dos Negros” em que as vozes recalcitrantes dos moradores estão associados a defesa de seus modos de habitar enquanto patrimônio cultural. “*Não podemos deixar esta história ser enterrada por condomínios*” bradou um morador da região e militante do movimento negro na discussão de um evento sobre o dia do patrimônio.

Os moradores, além de principais detentores do conhecimento da história do lugar, são agentes políticos, e nesse sentido, para além do “pensar com” há no movimento o “agir com”, pois são os/as interlocutores/as que apresentam seus modos de habitar em eventos que o grupo é convidado a falar. Assim, em audiências públicas para discutir a situação da região, os interlocutores argumentam que “*vivemos a vida inteira no Passo e não queremos sairmos dali*”. Por conseguinte, em eventos sobre patrimônio seus argumentos estão enfatizando os seus modos de habitar: “*eu moro ali na beira do patrimônio histórico que é o pontilhão onde passavam as tropas que vinham para as charqueadas e depois os açougues (...) tudo ali é patrimônio.*”

4. CONCLUSÃO

Na história da antropologia latino-americana, a figura do/a antropólogo/a cidadão/ã é recorrente. Inserido no contexto de uma sociedade (neo)colonizada, o fazer antropológico incorpora a prática política de um compromisso ético na reflexão textual imprimindo outros compromissos que consistem na defesa do reconhecimento das referências culturais desses grupos enquanto parte da construção dos lugares e da nação. São ações de denúncias e diagnósticos de grupos tradicionais ou inseridos nas áreas marginais, afetados por políticas e projetos desenvolvimentistas. Neste texto, abordamos e refletimos sobre os engajamentos junto aos grupos em uma ocupação na cidade de Pelotas/RS, diante do avanço dos grandes empreendimentos imobiliários. Nos perguntamos: o que tais experiências etnográficas nos ensinam sobre fazer antropologia e sobre cidadania? Propomos, então, discutir uma antropologia colaborativa em que, junto aos atores locais, defendemos a construção de lugares plurais e dos direitos a manutenção dos

modos de vida, trazendo narrativas que, diante do contexto de avanço da financeirização urbana, acione o dever do estado de garantias desses direitos assegurados na Constituição Federal. Considera-se relevante o engajamento do pesquisador em situações que ameaçam os direitos dos/as interlocutores/as, no caso aqui, o direito a cidade. São processos que envolvem a emergência de uma antropologia extramuros que, em vez de praticar uma “antropologia de” concebendo o lugar e seus habitantes enquanto um objeto de estudo, uma “antropologia a partir de”, em que o contexto passe a ter um lócus de enunciação, um lugar político, que problematiza tanto o fazer antropológico quanto a concepção do fazer cidade. A frase do título é inspiração na canção de Victor Jara que funde todo o clamor dessas populações pelo direito a existência e de viver em paz.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFONSO, Louise Prado; RIETH, Flávia. Narrativas de Pelotas e Pelotas Antiga: a cidade enquanto Bem Cultural. SCHIAVON, Camen Burget; PELEGRINI, Sandra de Cássia. (Org.). **Patrimônios plurais: iniciativas e desafios**. Rio Grande: Editora da FURG, p. 131-147, 2016.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo/SP: Editora Folha de São Paulo, 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000, p. 17 - 33.

BENJAMIN, W. **Sobre o conceito de história. Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 222 – 232.

GUITIERREZ GUTIERREZ, E. J. Sítio Charqueador Pelotense. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). **História Geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2006. pp. 231-256.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n.42, p. 377-391, 2014.

PEREIRA, I. K. S.; SEGER, D. D.; ORTIZ, S. F.; ALFONSO, L. P. **O passo dos negros: desafios da etnografia coletiva em um projeto de extensão**. Anais do Congresso de extensão e cultura, Pelotas, 2016.

SILVA, M. C. de A. A transformação da política na favela: desconstruindo a “ausência do Estado”. **Antropolítica**, Niterói, n. 38, p. 299-319, 2015.

VIRGILIO, J. **Antropólogo militante, pesquisador e/ou sujeito de estudo?** revisão teórica sobre pesquisa e militância na antropologia contemporânea. 79 f, Monografia (Bacharelado em Antropologia) CFH - UFSC, 2014.

WAGNER, R. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

VULNERABILIDADE SOCIAL E JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: A SAÚDE ATRAVÉS DO ACESSO À JUSTIÇA, A PARTIR DA ANÁLISE DOS CASOS DO PROJETO DE EXTENSÃO “DIREITO CUIDATIVO” DA UFPEL

JESSICA DE JESUS MOTA¹; ANA CAROLINA PRESTES MARON²; BÁRBARA LIMONTA ROSA³; FELIPE D’ AVILA FARIAS⁴; GABRIELA SALDANHA LIMA⁵; LARISSA DA ROCHA AYRES⁶ KARINNE EMANOELA GOETTMS DOS SANTOS⁷

¹Universidade Federal de Pelotas – jeje.mota@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – anacarolinamaron@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – limontarosabarbara@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – lipefari@hotmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – gabisaldanhadelima@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – larissaires2010@hotmail.com

⁷Universidade Federal de Pelotas – karinne.adv@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

O direito à saúde, resguardado pelo art. 196 da Constituição Federal, consubstancia-se em verdadeira faceta do direito à vida, esse último assegurado no caput do art. 6º de nossa Constituição Federal como direito fundamental social. Apesar da proteção legal e da existência de um Sistema Único de Saúde (regulado pela Lei 8080/1990) que garante o direito fundamental à saúde, o que se evidencia, na prática, é o deslocamento da reivindicação deste direito em face do poder público para o Poder Judiciário (SANTOS, 2011), o que exige do cidadão a procura de representação para o acesso à justiça necessário e adequado à satisfação do seu direito (CAPPELLETTI, 1988).

A questão se agrava em meio ao cenário de desigualdade extrema vivenciada pelo país, onde o exercício dos direitos fundamentais fica sobremodo prejudicado e condicionado em razão da renda da população (SANTOS, 2008). Segundo dados do IBGE (2019), mais da metade da população vive com renda média de dois salários mínimos.

Não bastasse isso, no âmbito da saúde, não há ainda estrutura adequada para o tratamento de doenças crônicas, que exigem dos profissionais da saúde não só uma atenção especializada ao paciente como também de sua família.

É nesse contexto que foi idealizado o Programa “CUIDATIVA: INTEGRALIDADE DO CUIDADO E QUALIDADE DE VIDA - Centro Regional de Cuidados Paliativos UFPel”, localizado na Unidade Laneira, Av. Duque de Caxias, 112, Fragata. Idealizada em 2015 e implementada a partir de 2016, a Cuidativa ou day care, possui como principal objetivo ofertar cuidados paliativos e oportunizar maior qualidade de vida para as pessoas que apresentam doenças crônicas que ameaçam a vida, em ambiente ambulatorial com integração de várias áreas do conhecimento. A saúde é concebida de forma ampla, incluindo necessidades físicas, emocionais, sociais e espirituais de pacientes e familiares envolvidos no processo de adoecimento. O Direito Cuidativo integra esse grande projeto como ação direcionada ao amparo de pacientes e suas famílias que necessitam de orientação e encaminhamento de questões relacionadas a questões jurídicas diversas.

O atendimento é prestado por assistentes sociais e alunos e professores do Serviço de Assistência Jurídica da Faculdade de Direito da UFPEL. No SAJ, os alunos voluntários atendem, orientam, elaboram peças processuais e realizam o acompanhamento de processos judiciais envolvendo temáticas relativas a Interdição, Acolhimento Institucional, Medicamentos, Tratamentos e Cirurgias, entre outros. Praticamente todas as demandas judiciais revelam situações de urgência que exigem da equipe o atendimento e o levantamento de documentos de forma emergencial.

A partir da análise dos relatórios de atendimentos confeccionados pelos alunos do Projeto, objetiva-se, neste trabalho, evidenciar a importância do acesso à justiça para a materialização do direito à saúde, sobretudo para cidadãos sob cuidados paliativos, diante das circunstâncias sociais de exclusão em que se encontram, caracterizadas por uma vulnerabilidade que ultrapassa o aspecto econômico e social.

2. METODOLOGIA

O trabalho é apresentado por meio de bibliografia selecionada e análise de casos, tanto no aspecto quantitativo como qualitativo, demonstrando os resultados do projeto alcançados até o momento, especialmente em relação a atuação do Projeto de março à setembro deste ano.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2018. Situação em que os novos alunos extensionistas herdaram os processos dos antigos alunos que se retiraram do projeto por concluírem o curso ou por outras razões.

Dessa maneira, até o presente momento foram atendidos cerca de 34 assistidos, sendo a grande maioria para a obtenção de medicamentos e demandas previdenciárias.

Todos esses assistidos são acompanhados pela Unidade de Cuidados Paliativos da Faculdade de Medicina e são encaminhados para atendimento no SAJ com os alunos do “Direito Cuidativo” pelas assistentes sociais que trabalham na Unidade de Cuidados Paliativos.

Desses 34 atendimentos, hoje, 14 encontra-se inativos e 4 foram arquivados por motivo de falecimento dos assistidos. Dentre os inativos, o principal motivo se deu pela problemática do pedido de adicional de 25 % do INSS nos casos de aposentadoria por tempo de contribuição. Tal demanda previdenciária encontra-se em discussão no STF, visto que apenas a aposentadoria por invalidez está prevista em lei.

No entanto, sabemos que muitas vezes os idosos necessitam de cuidados especiais que justificariam o adicional também nesses casos. Como a 1ª turma do STF suspendeu o trâmite dos processos em março deste ano, a equipe do projeto decidiu aguardar a decisão antes de judicializar os pedidos de adicional de 25% do INSS.

Em relação aos outros casos, 5 tiveram uma resposta positiva, sendo encerrados ou aguardando cumprimento de sentença (não contando aqueles que foram resolvidos pela via administrativa).

4. CONCLUSÕES

O acesso à justiça para a reivindicação do direito à saúde passou a representar uma grande necessidade dentro do projeto. Neste sentido, cumpre destacar a importância da existência de uma equipe jurídica inserida no ambiente ambulatorial de atendimento à saúde, fazendo com que os pacientes, já vulnerabilizados pela saúde precária, tenham a garantia do atendimento jurídico gratuito, evitando, assim, percalços ou obstáculos para o exercício do acesso à justiça.

Garantir a população mais vulnerável o acesso à saúde, ao direito e, principalmente, à uma qualidade de vida no momento de uma enfermidade (uma das ramificações do próprio direito à saúde), especialmente em relação a doenças crônicas e terminais, demonstra, por meio do projeto de extensão, a potencialidade da inclusão social e do alcance ao cidadão e à comunidade local de fundamentos constitucionais indispensáveis à dignidade da pessoa humana. Ao mesmo tempo, observa-se o caráter humanitário do serviço prestado, conferindo maior qualidade à formação acadêmica dos alunos, o que atende, sob o ponto de vista pedagógico, aos objetivos da prática jurídica inerente ao Serviço de Assistência Jurídica da Faculdade de Direito.

Além disso, nota-se a importância da interdisciplinariedade presente no projeto de extensão na proteção e garantia de direitos fundamentais sociais, dado o envolvimento de outras áreas do conhecimento, a exemplo do Serviço Social e da Medicina.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução: Ellen Grace Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua**. IBGE, 15 de setembro de 2019. Acessado em 15 de setembro de 2019. Online. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?edicao=18386&t=series-historicas>

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

SARLET, Ingo. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 13ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

STF. **1ª Turma suspende trâmite de processos sobre extensão de adicional de 25% a aposentados**. Portal STF, 12 mar. 2019. Acessado em 12 de setembro de 2019. Online. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=405560&caixaBusca=N>

O QUE PENSAM OS ADOLESCENTES DO PROJETO ESPERANÇA?

GLEBERSON DE SANTANA DOS SANTOS¹; MARCIA LEÃO DE LIMA²; MARTA SOLANGE STREICHER JANELLI DA SILVA³

¹Universidade Federal de Pelotas – UFPel – glebersonsantana@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – UFPel – psi.marcialeao@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – UFPel – martajanelli@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Adolescência compreende ao estágio de transição entre a infância e a vida adulta, caracterizado pelos impulsos do desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social e pelos esforços do indivíduo em atender às expectativas culturais da sociedade em que vive. (EISENSTEIN, 2005).

Aerastury e Knobel (1981) ressaltam que a adolescência é um momento crucial na vida humana e constitui etapa decisiva de um processo de desprendimento, caracterizado por mudanças corporais, psicológicas e luto. Ao se referir luto, os autores destacam o luto do corpo da criança para transformar-se no adulto; o luto da identidade infantil, para uma outra que se constitui nessa etapa e o luto pela relação com os pais da infância, onde o sujeito adolescente passa a transferir essa relação de confiança e afetividade para as amizades.

Os autores reforçam que esse estágio de mudança, em que o adolescente busca incessantemente para conhecer qual a identidade adulta vai constituir é caracteristicamente angustiante e “as forças necessárias para superar estes microlutos e lutos ainda maiores da vida diária obtêm-se das primeiras figuras introjetadas que formam a base do Ego e Superego deste mundo interno do ser” (AERASTURY; KNOBEL, 1981).

Conceitualmente, adolescência advém do latim *ad* (para) e *obscere* (crescer), crescimento ou apto a crescer. A palavra deriva do latim com os sentidos de adoecimento e de enfermar. Adoecimento no que tange aos sofrimentos emocionais oriundos das transformações biológicas e mentais que operam nesta faixa da vida. Ao mesmo tempo a palavra adolescência transmite o sentido de aptidão ao crescimento e aqui vale destacar o crescimento não somente físico, mas também psíquico e social, ao passo que muitas relações são firmadas nessa fase e que se desperta um novo olhar de mundo. (CESAR, 1998).

Para Erik Erikson a adolescência abarca a duas fases do desenvolvimento humano. Uma é a identidade *versus* confusão de papéis, que é a quinta fase do desenvolvimento, compreendida dos 12 anos ao fim da juventude, onde o adolescente deve determinar seu sentido pessoal de identidade (“Quem sou eu?”) ou sentir confusão sobre papéis; isto é, um momento de indecisões e confusões que são importantes para a formação de uma mentalidade sadia para a vida adulta. Outro estágio que permeia a adolescência é a sexta fase, segundo Erickson: intimidade *versus* isolamento, onde o sujeito procura formar compromissos com os outros; em caso de fracasso, pode sofrer de isolamento e auto absorção. Caso ocorra uma decepção a tendência será o isolamento temporário ou duradouro. (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2013)

Eisenstein (2005) informam que cronologicamente os limites etários da adolescência são variados de acordo com cada nação ou organização. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) este limite compreende entre 10 e 19 anos (adolescents) e pela Organização das Nações Unidas (ONU) entre 15 e 24 anos (youth), critério este usado principalmente para fins estatísticos e políticos. Nas

normas e políticas de saúde do Ministério de Saúde do Brasil, os limites da faixa etária de interesse são as idades de 10 a 24 anos.

Dessa forma, constitui objetivo central desse trabalho o de relatar as concepções e contexto em que vivem os adolescentes participantes do Projeto Esperança, em Pelotas/RS. Para tanto, foram entrevistados dez adolescentes de faixa etárias diferentes selecionados aleatoriamente. Quanto a faixa etária optou-se pela OMS, ou seja faixa entre 10 e 19 anos.

2. METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa, cujo método é qualitativo, fundamentada pelo estudo em que descreve e analisa uma situação à luz de teorias. Devido à subjetividade envolvida no tema do trabalho, optou-se pela realização de pesquisa de natureza qualitativa com abordagem de avaliação, o que permite aprofundamentos nos fenômenos estudados. Para Selltiz et al. (1987), a pesquisa de avaliação de processo busca respostas para perguntas do tipo “O que é?” e “Como funciona?”.

Quanto ao tipo de pesquisa, se caracteriza como sendo descritiva, vez que busca desvendar e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los, passos esses utilizados para conhecer a sua natureza, composição e processos (RUDIO, 1986).

Foi realizado estudo de caso que permitiu compreender a dinâmica dos processos, envolvendo um diálogo entre os pesquisadores e a realidade estudada, vez que as pesquisas qualitativas e utilizam-se de estudos de caso para atingir seus objetivos. No primeiro momento selecionou-se o projeto pelo cunho social e acesso do pesquisador. Trata-se do Projeto Esperança, localizado em Pelotas e abrange adolescentes de 12 até 20 anos, residentes da comunidade do Bairro Fragata, organizado por uma organização do Terceiro Setor.

Segundo Gil (2014) as fases do estudo de caso requerem a realização de uma pesquisa bibliográfica. Esta permitiu que se estabelecesse um modelo teórico inicial de referências, que auxiliou na determinação das variáveis e elaboração do plano geral da pesquisa.

Constituíram instrumentos de coleta de dados entrevistas semiestruturadas com os adolescentes, beneficiados com o Projeto. As entrevistas foram realizadas durante o mês de junho de 2019. A amostra foi composta por 10 adolescentes, cuja seleção se deu por conveniência e acesso do pesquisador.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção aborda a descrição dos dados da pesquisa, no que tange a caracterização dos respondentes, que ocuparam a faixa etária entre 13 e 19 anos, composição familiar, relacionamento com pais, na escola com os professores, sobre as opções por ritmos musicais, sobre seu corpo, opiniões acerca do tema uso de drogas, sexualidade e doenças sexualmente transmissíveis.

Quadro 1 – Dados dos entrevistados

Entrevistado	Sexo	Idade	Natural de	Escola	Série (Ano)	Qtdd e P
A	Masculino	19 anos	Pelotas/RS	Teorema Pré-Vestibular	Pré-Vestibular	1
B	Masculino	16 anos	Pelotas/RS	E.E.E.M. Dr Augusto Simoes Lopes	6º ano	2
C	Masculino	17 anos	Pelotas/RS	Faculdade	Estudante	0*

				Anhanguera Educacional	Ed. Física 1º Período	
D	Masculino	14 anos	Bagé/RS	Colégio Municipal Pelotense	8º ano	5
E	Masculino	14 anos	Pelotas/RS	Colégio Municipal Pelotense	9º ano	1
F	Masculino	16 anos	Pelotas/RS	Colégio Municipal Pelotense	8º ano	4
G	Masculino	15 anos	Pelotas/RS	E. M. E. F. Doutor Brum de Azeredo	9º ano	4
H	Masculino	15 anos	Pelotas/RS	E.E.E.M. Dr Augusto Simoes Lopes	7º ano	2
I	Masculino	13 anos	Pelotas/RS	E.M.E.F. Dr. Alcides de Mendonça Lima	5º ano	2
J	Masculino	19 anos	Pelotas/RS	E.E.E.F Dom Joaquim Ferreira de Mello	8º ano	3

¹Legenda

Qtdade P – refere-se à quantidade de pessoas que convivem com o adolescente em casa.

*O adolescente reside sozinho.

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Observa-se que a maioria dos adolescentes é natural da cidade de Pelotas/RS, todos do sexo masculino. Em relação à idade, eles encontram-se dentro da faixa etária classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como adolescentes, ou seja, entre 10 e 19 anos (adolescentes). Sobre quantidade de pessoas com quem vivem, apenas um (EC) vive sozinho, outro (EE) vive com a avó materna, três (EB, EH e EI) vivem com mais duas pessoas, dois (EA e EJ) vivem com mais três pessoas, esse mesmo número de entrevistados (EF e EG) vivem com mais quatro pessoas e ED convive com mais cinco pessoas. Ainda sobre a constituição familiar dos adolescentes entrevistados, três (EB, ED e EJ) convivem com pai e mãe e irmão/irmã, quando não é filho único. Os demais ou vive sozinho (EC) ou só com o pai, por conta do falecimento da mãe (EA), ou então só com a mãe, por conta da separação dos pais (EG, EH, EI), ou com avós (EE e EG).

Salienta-se que a maioria dos entrevistados (8) encontra-se em idade escolar, como estudantes do ensino fundamental. Dos entrevistados, apenas dois concluíram o ensino médio, sendo que um (EA) encontra-se matriculado e frequentando um curso de pré-vestibular e pretende ao final do ano realizar o Exame Nacional do Ensino Médio com intuito de obter nota suficiente para ingressar no curso de Educação Física da Universidade Federal de Pelotas. O segundo (EC) é estudante do curso de Educação Física na Faculdade Anhanguera Educacional.

Em relação a faixa etária e a idade escolar, excetuando EA e EC que concluíram o ensino médio em idade correspondente ao período de conclusão, cinco (EB, EF, EH, EI e EJ) não enquadram-se na idade escolar, conforme preconizado pelo Ministério de Educação.

4. CONCLUSÕES

A pesquisa teve por objetivo relatar as concepções e contexto em que vivem os adolescentes participantes do Projeto Esperança, em Pelotas/RS. Para tanto, foram entrevistados dez adolescentes de faixa etárias diferentes.

Constatou-se que os adolescentes apresentaram opiniões distintas sobre o que é conceitualmente adolescência. Alguns encontraram nos amigos, maior apoio e intimidade para tirar dúvidas ou confidenciar seus problemas pessoais. Outros informaram que têm o apoio da família, geralmente a mãe.

A respeito dos professores, em sala de aula, se os entendem enquanto adolescentes ou sobre esta fase alguns informaram que “sim”, inclusive que têm constantemente aconselhamentos, foram realizadas oficinas sobre alguns temas como sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis e sobre drogas.

Sobre curtir o próprio corpo, se aceitar fisicamente, a maioria afirmou que estão satisfeitos, porém apontaram possibilidades de mudança do corpo.

Sobre o que deixaria feliz e alegre, os adolescentes apresentaram diferentes opiniões, de acordo com o que representa significado, no seu contexto psicossocial. Já sobre o que lhe deixa triste, algumas lembranças foram suscitadas; lembranças essas que geralmente abordavam o luto de algum familiar, ente próximo.

Por fim, foi reservado espaço para manifestarem aconselhamento aos jovens e adolescentes nos dias de hoje e, os questionados apresentaram opiniões diversas, sendo que a maioria contemplava o trabalho, a realização pessoal, conquistar sonhos, não fazer o uso de drogas.

Dessa forma, reconhece-se que a presente pesquisa apresenta limitações, por conta do método empregado, não podendo os seus resultados ser generalizados. Porém, reconhece-se sobre a importância de se estudar sobre a temática desta fase que é encarada por autores como “fase dos questionamentos”, “fase das crises”. Neste sentido, sugere-se que esta pesquisa seja ampliada para uma amostra maior de adolescentes que venham considerar diferentes realidades socioeconômicas de pesquisados em diferentes regiões brasileiras, com intuito de obter melhor conhecimento acerca da realidade dos adolescentes do país.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico**. Trad. Suzana Maria Garagoray Ballve. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

CÉSAR, M. R. A. **A invenção da " adolescência " no discurso psicopedagógico**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Campinas, 1998.

EISENSTEIN, E. Adolescência: definições, conceitos e critérios . **Adolesc Saude**, v. 2, n. 2 p.6-7, 2005.

GIL, A C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2014.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Laurence S.; COOK, Stuart. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. v.1 . São Paulo: EPU, 1987.